

# **DIREITOS TRABALHISTAS EM EMPRESAS TRANSNACIONAIS: CONFLITO NA APLICAÇÃO DE PRINCÍPIOS NOS CONTRATOS INTERNACIONAIS DE TRABALHO**

*José Rodrigues Colonheis<sup>1</sup>  
Maria José Queiroz Lemos<sup>2</sup>*

**RESUMO:** Visa o presente estudo observar os direitos trabalhistas conferidos aos empregados que prestam serviços no exterior, assim como aos estrangeiros que realizam serviços no Brasil, e o regime jurídico a ser aplicado, observando os princípios trabalhistas da territorialidade e aplicação da norma mais benéfica.

**PALAVRAS CHAVE:** contratos internacionais de trabalho; conflitos; princípios.

## **TRANSNATIONAL ENTERPRISES IN LABOR RIGHTS: CONFLICT IN THE APPLICATION OF PRINCIPLES IN INTERNATIONAL CONTRACTS OF WORK**

**ABSTRACT:** The present study aims to observe labor rights granted to employees who provide services abroad, as well as to foreigners who perform services in Brazil, and the legal rules to be applied following the principles of territoriality and labor of the standard most beneficial.

**KEY WORDS:** international contracts of employment; conflicts; principles.

## **EMPRESAS TRANSNACIONALES EM MATERIA DE DERECHOS LABORALES: CONFLICTO EM LA APLICACIÓN DE LOS PRINCIPIOS EM LOS CONTRATOS INTERNACIONAL**

---

<sup>1</sup> Acadêmico de Direito, 9º Período - OPET, Curitiba – PR. Contato: josecolonheis@hotmail.com

<sup>2</sup> Bacharel em Comunicação Social, 1984 – UFPR; Especialização em Marketing, 1987 – FAE; Especialização em Previdência Privada, 1997 – PUC/PR; Especialização em Metodologia do Ensino 1998 – PUC/PR; Acadêmica de Direito, 9º Período – OPET. Contato: mavelemos@terra.com.br

**RESUMEN:** El presente estudio tiene como objetivo observar los derechos laborales concedidas a los empleados que prestan servicios en el extranjero, así como a los extranjeros que prestan servicios en Brasil, y las normas legales que hayan de aplicarse los principios de territorialidad y el trabajo de la norma más beneficiosa.

**PALABRAS CLAVE:** contratos de trabajo internacional, los conflictos, los principios.

## Introdução

Novos modos de produção capitalista ensejaram em grandes alterações no mundo do trabalho. No Brasil, a partir da década de 70, e, em decorrência do crescimento econômico, registrou-se um considerável fluxo internacional de mão-de-obra e prestação de serviços, surgindo assim, a necessidade de maior proteção aos trabalhadores enquadrados nessa nova vertente empregatícia.

### 1. Direito Internacional

#### Conceito e Finalidade:

O Direito Internacional Privado, é conceituado quanto ao objeto: a nacionalidade, a condição jurídica do estrangeiro, o conflito de leis e o conflito de jurisdições.<sup>3</sup>

Ainda, neste mesmo sentido Peres preconiza:

A globalização permite questionar se a aplicação da Lei Trabalhista no Espaço, matéria outrora marginal em nossos manuais, merece redimensionamento e quiçá uma doutrina própria, destacando suas peculiaridades ante a doutrina tradicional do Direito Internacional privado.<sup>4</sup>

A finalidade principal do Direito Internacional Privado seria a normatização selecionadora para a aplicação da lei estrangeira em determinado país e da lei

---

<sup>3</sup> DOLINGER, Jacob – *Direito Internacional Privado*, 8 ed. Rio de Janeiro, Renovar, 2.005. p. 1.

<sup>4</sup> PERES, Antônio Galvão. Conflitos de Leis do Trabalho no Espaço. Elementos de Conexão. *Revista do Direito do Trabalho*, Genesis. n. 116 (ago./2002). p. 170.

nacional deste país a casos que comportem alguns elementos de conexão com mais de uma legislação nacional.<sup>5</sup>

## 2. Aplicabilidade das Normas Internacionais no Contrato de Trabalho

O contrato internacional de trabalho é aquele que possui um ou mais elementos estrangeiros, tais como nacionalidade das partes, domicílio, local de celebração do contrato ou de sua execução, entre outros.

Peres entende que os elementos de conexão podem ser:

a) **Qualificação** jurídica da relação e, em seguida, por sua b) **localização** em sua sede jurídica. Vencidas estas etapas, o passo seguinte é à c) **identificação** do elemento de conexão pertinente, para que d) **vincule** a relação em exame à disciplina deste ou daquele ordenamento jurídico.<sup>6</sup>

Mallet diz acerca do conflito e sobre o elemento de conexão:

Configurado o conflito de Leis no espaço, cumpre resolvê-lo, de modo a eliminar quadro de antinomia, inconciliável com a idéia de unidade do ordenamento jurídico. O elemento pode variar e frequentemente varia, de acordo com o ordenamento jurídico considerado e de acordo com a natureza da relação jurídica em que se verifica a situação de conflito.<sup>7</sup>

Inegável perceber o eminente conflito espacial da lei trabalhista. Dallegrave Neto afirma que no Brasil as legislações que disciplinam esta matéria são: a LICC – Lei de Introdução ao Código Civil, DL 4657/42, e o Código de Bustamante, ratificado pelo Brasil e promulgado através do Decreto n. 18871/79, que traz os elementos de conexão:<sup>8</sup>

a) Nacionalidade – é o ponto de coligação do direito das pessoas, conforme dispõe o artigo 7º, § 3º e 4º da LICC.

---

<sup>5</sup> STRENGER, Irineu – *Curso de Direito Internacional Privado*, Rio de Janeiro, Forense, 1.978. p. 45.

<sup>6</sup> PERES, Antônio Galvão. Conflitos de Leis do Trabalho no Espaço. Elementos de Conexão. *Revista do Direito do Trabalho*, Genesis. n. 116 (ago./2002). p. 170.

<sup>7</sup> MALLET, Estêvão – Conflito de Leis Trabalhistas no Espaço e Globalização. *Revista Ltr.* 62-03/1998. p. 330.

<sup>8</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso - *Contrato Internacional de Trabalho*. [www.apej.com.br/artigos\\_doutrina\\_jadn\\_03.asp](http://www.apej.com.br/artigos_doutrina_jadn_03.asp) Disponível em: 25/07/2010.

Art. 7º A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família. (...) § 3º Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.

§ 4º O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.

Pelo artigo 7º da LICC resta claro que o elemento de conexão é o da lei do domicílio e a capacidade das partes será regida pelos seus domicílios. Entretanto, para o doutrinador Serpa Lopes, citado por RODAS, coloca o Art. 7º da LICC, por não ter estabelecido distinção alguma, aplica-se tanto para a capacidade de fato como para a de direito. Assim, prevalece sempre a lei do domicílio, subordinada às limitações derivadas da ordem pública.<sup>9</sup>

Art. 8º Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.

§ 1º Aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens móveis que ele trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares. § 2º O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.

Este artigo diz respeito à *Lex Causæ*, o elemento de conexão é expresso e se define, no caput, pelo lugar que os bens estiverem situados. Já em seu § 2º a *Lex causæ* define que no caso de bens dados em penhor, estes seguem a lei do país do domicílio da pessoa em cuja posse se encontre, logo a lei do domicílio é a do local do credor. Registra-se, ainda, que em havendo inadimplemento contratual necessariamente será utilizada lei de regência do domicílio do credor, ou seja, a *Lex Causæ*.

- b) “*Lex Loci Regit Actum*” – nos termos do caput do art. 9º da LICC, para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem”.

Art. 9º Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.

§ 1º Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.

§ 2º A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

---

<sup>9</sup> RODAS, João Grandino. *Contratos Internacionais*. 3 ed. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo 2002. p. 27.

Pelo artigo 9º da LICC aplicar-se-á a lei do país em que a obrigação for constituída, ou seja, a lei do local da celebração. A regência dos aspectos intrínsecos será a lei do local da celebração do contrato. Ora, há autonomia da vontade, pois as partes escolhem o local em que deverá ocorrer a celebração do contrato. Logo, os contratantes escolhem aonde celebrarão o contrato e por aplicarem o caput do artigo 9º estariam aplicando a autonomia da vontade.<sup>10</sup>

Por outro lado o § 1º começa confirmando a *Lex Loci Celebrationis*, isto é, fazer com que o contrato obedeça os aspectos extrínsecos da legislação, porém, inova e traz uma variante da citada *Lex Loci Celebrationis* e induz à aplicação da lei do local da execução.<sup>11</sup>

Contudo, é forçoso aceitar o reconhecimento internacional do princípio materializado no adágio *Locus Regit Actu*.<sup>12</sup>

O citado artigo estabelece como elemento de conexão para substância ou fundo contratual a *Lex Loci Contractus* ou *Lex Loci Celebrationis*, em se tratando de contrato entre presentes. Tal elemento de conexão sozinho revelou-se insuficiente para atender às complexidades da substância contratual. Isso levou alguns autores a fazerem uma distinção, inexistente na vigente Lei de Introdução: validade e efeitos regidos pela lei da constituição da obrigação, enquanto a execução é regida pela lei do lugar da execução.<sup>13</sup>

Há ainda o Código de Bustamante, art. 198 define que o contrato de trabalho deve ser regido pela lei do local da prestação do serviço.<sup>14</sup>

Neste sentido, Mallet entende que há consenso no sentido de aplicar-se ao trabalhador transferido não a lei do local de celebração do contrato, mas a do país de prestação dos serviços.

É justamente o que prevê, no âmbito internacional, a convenção de Roma, de 19 de junho de 1980.<sup>15</sup>

---

<sup>10</sup> RODAS, João Grandino. *Contratos Internacionais*. 3 ed. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo 2002. p. 49.

<sup>11</sup> Id. p. 43.

<sup>12</sup> Id. p. 36.

<sup>13</sup> Id. p. 59

<sup>14</sup> **Art.** 198. Também é territorial a legislação sobre acidentes do trabalho e protecção social do trabalhador.

<sup>15</sup> MALLET, Estêvão – Conflito de Leis Trabalhistas no Espaço e Globalização. *Revista Ltr.* 62-03/1998. p. 45.

Neste sentido Martins explicita que o Contrato de Trabalho regula-se pela lei do país no qual o trabalhador, em execução de seu contrato, desenvolva habitualmente o seu trabalho.<sup>16</sup>

Ana Paula Terra arrola ainda as questões como a transferência do empregado contratado no Brasil para a prestação de serviços no exterior, sendo que, para ela prevalece a legislação do país onde o serviço for prestado, conforme o princípio coroadado pela Convenção de Roma e ratificado pelo Brasil, através do Decreto 1/94 de 03 de fevereiro de 1994,<sup>17</sup> onde estabelece que a relação jurídica trabalhista deve ser regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação.<sup>18</sup>

Fica nítida a situação de conflito normativo, contudo, a vigência do princípio da territorialidade nas aplicações das leis trabalhistas é predominante.

Todavia, para Mallet, há pelo menos uma exceção a essa regra:

Trata-se da hipótese de contratação de trabalhador domiciliado no país por empresa nacional, para prestação de serviço no exterior. Neste caso devem ser observadas, durante a vigência do contrato, as garantias mínimas decorrentes da lei do país das partes contratantes, sem prejuízo da aplicação das condições de trabalho mais favoráveis do país de prestação de serviço.<sup>19</sup>

Conforme Vanessa Ribeiro, o enunciado 207,<sup>20</sup> do Tribunal Superior do Trabalho, adota o critério da territorialidade (princípio da *Lex Loci Executionis*), ou seja, prevalece o local de serviço não se importando com o local da contratação.<sup>21</sup>

---

<sup>16</sup> MARTINS, Sergio Pinto. Conflitos de leis no Espaço e Direito dos Trabalhadores. *Revista IOB n. 228* Junho de 2008. p. 45.

<sup>17</sup> Art. 1º É aprovado o texto da Convenção - Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em Nova Iorque, em 9 de maio de 1992.

Parágrafo único: Estão sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão da referida convenção, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do art. 49, I, da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

<sup>18</sup> *Lei Amplia Direitos Trabalhistas*. [HTTP://lexuniversal.com/pt/articles/8542](http://lexuniversal.com/pt/articles/8542), disponível em: 25/07/2010.

<sup>19</sup> RODIÉRE, apud, MALLETT, Estêvão, Conflito de Leis Trabalhistas no Espaço e Globalização. *Revista Ltr. 62-03/1998*. p. 332.

<sup>20</sup> TST Enunciado nº 207 - Res. 13/1985, DJ 11.07.1985 - Mantida - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003.

Relação Jurídica Trabalhista - *Conflitos de Leis Trabalhistas no Espaço* - Princípio da "*Lex Loci Executionis*"

Neste sentido esclarece o julgado:

TRT-PR-19-09-2008 I - E-MAIL CORPORATIVO. "INVASÃO" DA EMPREGADORA. INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO - O correio eletrônico corporativo, por se tratar de ferramenta concedida pela empregadora para a consecução do serviços, não se reveste do caráter de inviolabilidade previsto no art. 5º, XII, da CRFB/1988, sendo direito da empregadora fiscalizar a correta utilização da ferramenta.

II - CONVENÇÕES COLETIVAS. LOCAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE - A Convenção Coletiva de Trabalho tem aplicação restrita à região abrangida pelos sindicatos dela signatários. Assim, para a definição da norma coletiva aplicável, deve-se atentar não apenas para a atividade desenvolvida pelo empregador, mas também para o local onde o trabalhador presta serviços, sendo irrelevante a sede da empresa. O Direito do Trabalho adota o critério da territorialidade na resolução do conflito de normas no espaço, o que garante o tratamento isonômico dos trabalhadores que prestam serviços em um mesmo espaço territorial, em respeito à norma do art. 5º, caput, da CRFB/1988. Recurso do autor ao qual se dá provimento, no particular.

**TRT-PR-02379-2006-673-09-00-6-ACO-33941-2008 - 1A. TURMA Relator: EDMILSON ANTONIO DE LIMA. Publicado no DJPR em 19-09-2008.**

Desta forma, Vanessa Ribeiro conclui que o contrato internacional de trabalho será regido tanto em seus aspectos internos quanto externos, pela lei do local em que se der a prestação de serviços, não aplicando o princípio da autonomia da vontade.<sup>22</sup>

Contudo, Dallegrave Neto, entende que o princípio da territorialidade consubstanciado na Súmula 207 do TST, seja apenas a regra geral para os contratos internacionais de trabalho, mas que sempre cederá ao princípio maior de proteção social ao trabalhador. Segundo ele, o princípio da Lei Mais Benéfica prevista nos artigos 17 da LICC e 3º, II, da Lei 7064/62, o Decreto 691/69, prevalece a teoria da irradiação do país sede do trabalho habitual que emana seus efeitos para o local da prestação do serviço.<sup>23</sup>

---

obs.dji: Conflito de Normas no Espaço; Contrato de Trabalho; Disposições Sobre a Duração e Condições de Trabalhos Especiais; Espaço; Foro Contratual; *Lex Locí*; Prestação de Serviço (s); Relação (ões); Relação de Emprego; Relação Jurídica; Relações Individuais e Coletivas de Trabalho.

<sup>21</sup> A relação jurídica trabalhista é regida pelas leis vigentes no país da prestação de serviço e não por aquelas do local da contratação.

<sup>22</sup> *O direito Internacional Privado e o Contrato Internacional do Trabalho em Linhas Gerais*. [www.walmirbarroso.com.br](http://www.walmirbarroso.com.br) disponível em: 25/07/2010.

<sup>23</sup> DALLEGRAVE NETO, José Affonso - *Contrato Internacional de Trabalho*. [www.apej.com.br/artigos\\_doutrina\\_jadn\\_03.asp](http://www.apej.com.br/artigos_doutrina_jadn_03.asp), disponível em: 25/07/2010

Ainda, o mesmo doutrinador, entende que o elemento de conexão aplicável aos contratos de trabalho daqueles empregados que em caráter transitório sai de seu lugar habitual para prestarem serviços em outro país, neste caso, a lei do local permanente se irradia fictamente para o país em que o obreiro foi provisoriamente alocado.<sup>24</sup>

Com relação à transferência temporária do empregado entende Cunha:

Se o empregado é transferido, de maneira transitória, para prestar serviços em outro país, o entendimento que prevalece hodiernamente é que continua sendo aplicada a lei do local habitual de prestação de serviços, à qual são agregados, assim, foros de extraterritorialidade, incidindo sobre o trabalho realizado fora do território nacional (*teoria da irradiação*).

Isto porque, sendo a execução do contrato em outro país apenas transitória a relação continua ligada à legislação sob cuja égide o trabalho se dá de maneira habitual, não possuindo contato com a legislação alienígena, não se justificando, assim, sua aplicação.<sup>25</sup>

Neste mesmo sentido, Pinho Pedreira diz:

Alega que a aplicação da teoria da irradiação especial, em nosso direito, pelo Decreto-Lei n.º 691/69, que disciplina a contratação de técnicos estrangeiros para a execução de serviços provisórios em território nacional e manda aplicar-lhes a lei trabalhista brasileira.<sup>26</sup>

Magano, ao se referir à prevalência do princípio da norma mais benéfica sobre o princípio da territorialidade aduz: explica-se porque o Estado de origem não permite que o seu súdito se submeta a condições de trabalho inferiores ao padrão mínimo por ele estabelecido.<sup>27</sup>

Barroso nos ensina que os princípios constitucionais sintetizam os principais valores da ordem jurídica, condicionam a interpretação e aplicação de todas as

---

<sup>24</sup> DALLAGRAVE NETO, José Afonso. Conflito de Leis Trabalhistas no Espaço. *Jornal Trabalhista Consulex*, v. 17, n. 808 Abr./2000. p. 17-808/7.

<sup>25</sup> CUNHA, Rodrigo Giostri. *Contrato Internacional de Trabalho – Transferência de empregados*. p. 9. [http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=teoria+da+irradia%C3%A7%C3%A3o+no+direito+do+trabalho&meta=&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs\\_rfai=](http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=teoria+da+irradia%C3%A7%C3%A3o+no+direito+do+trabalho&meta=&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=) Acesso em 12 ago./2010.

<sup>26</sup> PEDREIRA, Apud, CUNHA, Rodrigo Giostri. *Contrato Internacional de Trabalho – Transferência de empregados* [http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=teoria+da+irradia%C3%A7%C3%A3o+no+direito+do+trabalho&meta=&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs\\_rfai=](http://www.google.com.br/search?hl=pt-BR&q=teoria+da+irradia%C3%A7%C3%A3o+no+direito+do+trabalho&meta=&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=) Acesso em 12 ago./2010.

<sup>27</sup> MAGANO, Octavio Bueno. Conflitos de leis trabalhistas no espaço. In: *Revista LTr*, n. 51- 08/87. São Paulo. p. 451.

regras jurídicas; e quando se caracterizam por maior teor de abstração, os princípios constitucionais têm eficácia normativa.

Leciona o professor Agostinho Zechin:

Não se aplica, no direito do trabalho, a famosa pirâmide kelseniana, que trata da hierarquia das normas jurídicas. Aqui, o ápice da pirâmide deve ser ocupado pela norma mais favorável ao trabalhador, utilizando-se o Princípio da Norma Mais Favorável, tendo como exemplo, os artigos 444<sup>28</sup> e 620<sup>29</sup> da Consolidação das Leis Trabalhistas.<sup>30</sup>

Prevalecem às condições mais vantajosas para o trabalhador, não importa o momento em que foram ajustadas. O Princípio da Condição Mais Benéfica pode ser encontrado de maneira concreta no art. 468<sup>31</sup> da CLT e Súmula 51<sup>32</sup> do TST, e tem, como fundamento, o direito adquirido.

Para os contratos internacionais de trabalho, defende a aplicação do artigo 19, VIII, da Constituição da OIT, que reza:

Em nenhum caso poderá considerar-se que a adoção de uma convenção ou de uma recomendação pela Conferência, ou a ratificação de uma convenção por qualquer dos membros afetará qualquer lei, sentença, costume ou acordo que garanta aos trabalhadores condições mais favoráveis do que as que figuram na convenção ou na recomendação. Logo, se do confronto de normas concorrentes, nacional e estrangeira,

---

<sup>28</sup> **CLT Art. 444** - As relações contratuais de trabalho podem ser objeto de livre estipulação das partes interessadas em tudo quanto não contravenha às disposições de proteção ao trabalho, aos contratos coletivos que lhes sejam aplicáveis e às decisões das autoridades competentes.

<sup>29</sup> **CLT Art. 620** - As condições estabelecidas em Convenção, quando mais favoráveis, prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo. (Redação pelo **Decreto-Lei n.º 229**, de 28-02-67, DOU 28-02-67).

<sup>30</sup> Disponível em: [http://www.tvjustica.jus.br/apostilas\\_saber\\_direito.php](http://www.tvjustica.jus.br/apostilas_saber_direito.php) Acesso em 26/07/2010.

<sup>31</sup> **CLT Art. 468** - Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia. **Parágrafo único** - Não se considera alteração unilateral a determinação do empregador para que o respectivo empregado reverta ao cargo efetivo, anteriormente ocupado, deixando o exercício de função de confiança.

<sup>32</sup> TST Enunciado nº 51 - RA 41/1973, DJ 14.06.1973 - Incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 163 da SBDI-1 - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005

Cláusula Regulamentar - Vantagem Anterior. I - As cláusulas regulamentares, que revoguem ou alterem vantagens deferidas anteriormente, só atingirão os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento.

II - Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro. (ex-OJ nº 163 da SBDI-1 - inserida em 26.03.1999).

Referências:

Art. 444 e Art. 445, Disposições Gerais - Contrato Individual de Trabalho - Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - DL-005.452-1943.

obs.dji: Admissão Trabalhista; Empresa; Regulamento (s); Regulamento das Empresas; Vantagens.

forem mais favoráveis ao emprego as do local da contratação do que as da execução, dever-se-á aplicar àquela que beneficiar o trabalhador, devido o caráter protetivo do direito do trabalho, observando-se, porém, as limitações de ordem pública.<sup>33</sup>

Assim elucida a jurisprudência:

TRT 2ª Região. **Acordo coletivo.** Convenção coletiva. **Conflito de cláusulas. Prevalência da norma mais benéfica. Princípio da inalterabilidade in pejus. CLT arts. 444, 468 e 620. CF/88, Art. 7º, XXVI.**

Quando as Disposições do Acordo Coletivo são menos favoráveis que as constantes na Convenção Coletiva, resolve-se a controvérsia pelo disposto no artigo 620 da CLT, aplicando-se a norma convencional quando mais benéfica para o trabalhador. É inadmissível que o Acordo Coletivo trace regras prejudiciais aos trabalhadores, no cotejo com aquelas já previstas em Convenção Coletiva, por ferir o dispositivo consolidado, e bem assim, o princípio insculpido no art. 7º da CF/88 da inalterabilidade *in pejus* (...).

TRT 2ª Região. **Acordo Coletivo.** Convenção Coletiva. **Conflito de cláusulas. Prevalência da norma mais benéfica. Princípio da inalterabilidade in pejus. Considerações do juiz Artur Costa e Trigueiros sobre o tema. CLT, arts. 444, 468 e 620. CF/88, Art. 7º, XXVI.**

... Os conflitos entre a aplicação de norma prevista em convenção e acordo coletivo resolve-se pelos termos do art. 620 da CLT: As condições estabelecidas e Convenção, quando mais favoráveis prevalecerão sobre as estipuladas em Acordo. O dispositivo em tela está em consonância com a regra geral de aplicação da norma mais benéfica. In casu, o Acordo Coletivo firmado entre o SINPRO e a Ré prevê indenização pela dispensa imotivada concernente a 3 dias para cada ano trabalhado, limitada a 60 dias, (...).

Segundo Mallet:

*“O conflito de leis do trabalho é, hoje, resolvido pela aplicação da norma mais favorável ao trabalhador. A afirmação encontra apoio na lei e na doutrina.”* (“Conflito de Normas em Direito do Trabalho” in MALLETT, Estêvão e ROBORTELLA, Luiz Carlos Amorim (Coord.), Direito e Processo do Trabalho – Estudos em homenagem ao Prof. Octávio Bueno Magano, LTr, São Paulo, 1996, p. 74).

Assim, resta claro que para os autores acima mencionados, a norma mais favorável ao obreiro deve ser a utilizada, haja vista que quando do conflito de leis do trabalho, deve-se sopesar o princípio da territorialidade e o princípio da norma mais favorável, prevalecendo então à aplicação da que seja mais vantajosa.

---

<sup>33</sup> DINIZ, Maria Helena. *Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada*. São Paulo: Saraiva, 1994. p. 254.

### 3. Conclusão

Com a globalização Mallet registra que há um incremento das migrações internacionais de trabalhadores, e conseqüente aumento do número de pessoas a prestar serviço “num país que não é o da sua nacionalidade”. De outra parte há também tendência no sentido crescente de desvinculação das empresas de seus países de origem, fenômeno facilmente constatável em relação às empresas multinacionais ou transnacionais.<sup>34</sup>

Pode se concluir que a regra do local da prestação do serviço está universalmente aceita, ou seja, o princípio da territorialidade consubstanciado na Súmula n. 207 do TST, sendo este, apenas regra geral para os Contratos Internacionais de Trabalho, que sempre cederá ao princípio maior de proteção social ao trabalhador e, ainda ao princípio da norma mais favorável. Ambos, princípios constitucionais que sintetizam os principais valores da ordem jurídica instituída.

O fenômeno da globalização, não adquiriu, até o momento, dimensão suficiente para levar a não aplicabilidade do princípio da territorialidade da lei trabalhista.

De todo o exposto, em matéria de Direito do Trabalho, os Conflitos de Leis no Espaço não podem ser solucionados pela aplicação de um rígido e predeterminado elemento de conexão. Cada caso é um caso, e deve ser resolvido em função de critérios flexíveis.

Portanto, o fator territorial figura enquanto um dos elementos de conexão que podem ser utilizados.

O lugar da execução do contrato apresenta grande relevância, entretanto, está longe de ser a única solução.

---

<sup>34</sup> MALLET, Estêvão – Conflito de Leis Trabalhistas no Espaço e Globalização. *Revista Ltr.* 62-03/1998. p. 333

#### 4. Referências

- RODAS, João Grandino. **Contratos Internacionais**. 3 ed. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo: 2002.
- BARROSO, Luis Roberto. **O Direito Constitucional e a Efetividade de Suas Normas**. Rio de Janeiro: Renovar, 1996.
- DINIZ, M<sup>a</sup> Helena. **Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro Interpretada**. São Paulo: Saraiva, 1994.
- DOLINGER, Jacob. **Direito Internacional Privado**. 8. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- MAGANO, Octavio Bueno. **Conflitos de Leis Trabalhistas no Espaço**. São Paulo: Ltr., 1987.
- MALLET, Estêvão – **Conflito de Leis Trabalhistas no Espaço e Globalização**. Revista Ltr. 62-03/ 1998.
- MARTINS, Sergio Pinto. **Conflitos de Leis no Espaço e Direito dos Trabalhadores**. Revista IOB n. 228 Junho de 2008.
- PERES, Antônio Galvão. **Conflitos de Leis do Trabalho no Espaço**. *Elementos de Conexão*. Revista do Direito do Trabalho, Genesis. n. 116 (ago./2002).
- STRENGER, Irineu. **Curso de Direito Internacional Privado**. Rio de Janeiro: Forense, 1978. [www.apej.com.br/artigos\\_doutrina\\_jadn\\_03.asp](http://www.apej.com.br/artigos_doutrina_jadn_03.asp). Acesso em 25 jul./ 2010.
- Lei Amplia Direitos trabalhistas**. [HTTP://lexuniversal.com/pt/articles/8542](http://lexuniversal.com/pt/articles/8542). Acesso em 25 jul./ 2010.
- O direito Internacional Privado e o Contrato Internacional do Trabalho em Linhas Gerais**. [www.walmirbarroso.com.br](http://www.walmirbarroso.com.br). Acesso em 25 jul./ 2010.
- DALLEGRAVE NETO, José Affonso. **Contrato Internacional de Trabalho**. [www.apej.com.br/artigos\\_doutrina\\_jadn\\_03.asp](http://www.apej.com.br/artigos_doutrina_jadn_03.asp), Disponível em: 25/07/2010. [http://www.tvjustica.jus.br/apostilas\\_saber\\_direito.php](http://www.tvjustica.jus.br/apostilas_saber_direito.php) Disponível em 26/07/2010. <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=139067> Senado Federal Disponível em 27/07/10.